

Redes sindicais: as novas formas de organização da classe trabalhadora*

Lilian Arruda¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

Este artigo discute as redes sindicais como nova forma de organização dos trabalhadores. No final da década de 1990, o movimento sindical assumiu uma nova forma de organização, com a criação das redes sindicais de trabalhadores de empresas multinacionais. Para compreender esse fenômeno, deve-se levar em consideração que, por um lado, no final da década de 1970, acirrando um processo de globalização hegemônica, vários países

Abstract

This paper discusses union networks as a new kind of organization for workers. By the end of 90's trade unionism has been given a new way of organization with the creation of global union networks of multinational enterprises' workers. In order to understand this phenomenon, on the one hand, we must know that by the end of 70's many governments adopted a neo-liberalism economic philosophy, which resulted

Union networks: the new forms of working class organization

¹ Mestre em Ciências Sociais, doutoranda em Ciências Sociais PUC-SP, pesquisadora do Instituto Observatório Social.

Endereço para correspondências: Rua General Bittencourt, 546, ap. 402, Centro, Florianópolis, SC, 88020-100 (*E-mail*: lilianarruda@uol.com.br).

adotaram o ideário neoliberal, que resultou no aumento da concentração de renda e dos índices de desemprego. Por outro lado, na década de 1990, constituindo uma globalização contra-hegemônica, os movimentos antiglobalização passaram a articular a resistência ao neoliberalismo. Em todo esse processo, a classe trabalhadora sofreu grandes transformações, assim como o movimento sindical. Com a globalização, o sindicalismo sentiu necessidade de criar elos internacionais, por meio da filiação a centrais e federações internacionais e com a criação de redes sindicais.

in the increase of revenue concentration and unemployment rates. On the other hand, in the 90's, by creating a counter-hegemonic globalization, anti-globalization movements articulated the resistance to neo-liberalism. All along this process, both the working class and the trade union movement underwent great transformations. In virtue of globalization, trade unionism needed to create international links by means of affiliations to international central unions, international federations, and the creation of union networks.

Palavras-chave: Redes sindicais, classe trabalhadora, neoliberalismo, globalização, multinacionais.

Keywords: Union networks, working class, neo-liberalism, globalization, multinational companies.

Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir as redes sindicais, abordando as transformações ocorridas na classe trabalhadora e no movimento sindical, em função do aprofundamento da globalização, a partir da década de 1990. Essas transformações envolvem novas formas de organização do movimento sindical, que estão inseridas em um movimento mais amplo, o movimento antiglobalização. Trata-se, também, de compreender a globalização como um movimento múltiplo, de várias faces. Para isso, são utilizados os conceitos, de Boaventura de Souza Santos (2002), de globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. Ao levantar essa questão, abordam-se as redes sindicais são abordadas como forma original de organização dos trabalhadores, cuja implantação deve enfrentar desafios e resistências no próprio meio sindical.

As faces da globalização

O século XX foi um período no qual o capitalismo se desenvolveu aberta e acentuadamente. Esse desenvolvimento acelerou-se após a Segunda Guerra Mundial e exacerbou-se com a crise do socialismo, no final da década de 1980. Esse processo, também chamado globalização, desencadeou profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. A globalização expandiu-se nos países socialistas e em países em desenvolvimento, na Ásia, na África e na América Latina, mas de forma desigual e contraditória. Esse processo não é unívoco, não se restringe apenas à instância econômica, pois engloba também a cultural, social, religiosa, jurídica e política.

Na concepção de Souza Santos (2002, p.260):

[...] a globalização, longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados, e interesses subalternos por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas.

Esse autor conceitua globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica (*Idem*, p.750, grifo nosso):

No campo das práticas capitalistas globais, a transformação contra-hegemônica consiste na globalização das lutas que tornem possível a distribuição democrática da riqueza, ou seja, uma distribuição assente em direitos da cidadania, individuais e coletivos, aplicados transnacionalmente. [...] Finalmente, no campo das práticas sociais e culturais transnacionais, a transformação contra-hegemônica consiste na construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, na construção democrática das regras de reconhecimento recíproco entre identidades e entre culturas distintas.

A globalização contra-hegemônica é fragmentada internamente, pois assume, predominantemente, formas de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica. Essas iniciativas locais assumem dimensões globais e, assim, articulam-se translocalmente com outras iniciativas ou com organizações e movimentos que partilham pelo menos parte dos seus objetivos.

Já a globalização hegemônica, sobretudo quando se fala em globalização econômica, apresenta várias características: o princípio de mercado prevalece sobre o de Estado, há financeirização da economia mundial, sujeição completa dos interesses do trabalho ante os interesses do capital, protagonismo das empresas multinacionais, recomposição territorial das economias em que o espaço nacional perde sua importância, os compromissos nacionais são eliminados e substituídos pelos compromissos globais. Essas características não são homogêneas no mundo, pois cada país apresenta sua especificidade e responde de maneira diferente à globalização, portanto, pode-se dizer que há várias globalizações.

No entanto, acima das divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. Esse consenso dá à globalização as suas características dominantes, como também legitima essas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas.

O consenso hegemônico é também conhecido como consenso neoliberal, no qual o campo hegemônico sustenta a globalização econômica. O ideário neoliberal, resumidamente, defende a estabilidade monetária como meta prioritária de qualquer governo, ou seja, um rígido controle da inflação. Para isso, os governos devem ter grande disciplina orçamentária, contendo os gastos sociais e realizando reforma fiscal, o que significa, também, elevar as taxas de juros e implementar programa de privatizações.

A aplicação do ideário neoliberal garantiu relativo sucesso no controle da inflação, mas o crescimento econômico dos países que o adotaram estancou. Com efeito, a taxa de desemprego cresceu vertiginosamente, criando, portanto, sociedades mais desiguais.

Um dos fatores que colaborou com a manutenção do baixo crescimento econômico foi a desregulamentação financeira, “[...] um elemento tão importante do programa neoliberal, [que] criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (ANDERSON, 1995, p.16). Com efeito, a explosão do mercado financeiro diminuiu o comércio de mercadorias reais.

No Brasil, a implementação do consenso neoliberal deu-se a partir da década de 1990, com o advento do Plano Real. O plano, implementado no final do governo Itamar Franco e durante o governo Fernando Henrique Cardoso, trouxe algumas conseqüências para a economia brasileira. Sob o governo Fernando Henrique, a inflação foi controlada, parte das empresas públicas foi privatizada, os gastos sociais aumentaram para evitar o aprofundamento das desigualdades sociais que, mesmo assim, permaneceram grandes. O baixo crescimento econômico trouxe altas taxas de desemprego e a deterioração do mercado de trabalho brasileiro.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade à política recessiva de Cardoso. Em 2003, primeiro ano desse governo, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi de apenas 0,5% e a renda do trabalhador caiu 7,4% em relação a 2002. O rendimento médio real do trabalhador, em 2003, foi de R\$692,00, o menor em dez anos (WHOLLTERS, 2004, p. A-14).

Em 2004, o PIB brasileiro cresceu 5,2%. Esse crescimento, porém, deu-se sobre a base extremamente baixa de 2003. Além disso, a conjuntura internacional favoreceu o crescimento brasileiro: países como China, Índia, Rússia, Venezuela, Argentina, Uruguai e Chile tiveram crescimento superior no mesmo período.

Transformações no mundo do trabalho e no movimento sindical

As profundas transformações no mundo do trabalho, ocasionadas pelo consenso neoliberal, foram chamadas por Ricardo Antunes (1995, p.41) de “metamorfoses no mundo do trabalho”. Dentre elas, Antunes ressalta: o avanço do desemprego estrutural em escala global; a diminuição da classe operária tradicional; a expansão do trabalho assalariado por meio do setor de serviços; a grande heterogeneização do trabalho, em virtude, sobretudo, da forte presença da mulher; e a subproletarização, com a expansão do trabalho parcial, terceirizado, precário e subcontratado.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho refletem no movimento sindical. Para Antunes, fica evidente uma tendência de diminuição das taxas de sindicalização, sobretudo na década de 1980. É importante frisar que “[...] um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro” (ANTUNES, 1995, p.61).

Nesse sentido, existe uma tendência de substituição do sindicato com estrutura vertical pelo sindicato com estrutura horizontal, que pode agregar tanto trabalhadores estáveis como precários.

Assim, o movimento sindical passa a ter novos desafios e dificuldades, porque as formas de poder global tornaram-se mais complexas. Segundo Octavio Ianni (1992, p.128) os “[...] principais centros de mando e decisão dispersam-se em distintas instituições, organizações, agências, empresas, corporações, conglomerados. Denominam-se internacionais, multilaterais, multinacionais, transnacionais, mundiais ou globais”. Em primeiro lugar, está a Organização das Nações Unidas (ONU), em segundo lugar, estão as instituições ligadas ao sistema monetário internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em terceiro lugar, estão as empresas, corporações e conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais ou planetários e, em quarto lugar, a indústria cultural.

As grandes corporações multinacionais conseguiram sobreviver às crises econômicas mundiais e, além disso, expandiram-se, acirrando um processo de internacionalização e concentração. Segundo Chesnais (1996, p.91), “[...] o rápido crescimento do IED (Investimento Externo Direto) no decorrer dos anos 80 esteve colocado sob o signo do investimento internacional cruzado e dominado pelas aquisições fusões”.

No Brasil, houve considerável crescimento dos IEDs e, entre 1991 e 2002, 48,3% das empresas privatizadas ficaram nas mãos de empresas com capital estrangeiro. (SOBEET, 2003). Entre 1991 e 1999, a participação estrangeira no faturamento das maiores empresas cresceu 146% (FERNANDES, 2002, p.B-1). As empresas brasileiras também assumiram seu caráter internacional, mediante fusões e aquisições em outros países. Empresas brasileiras, como a Gerdau e a Petrobrás, adotaram a estratégia de adquirir unidades em outros países e expandir seus mercados, superando as barreiras alfandegárias.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais e de resistência globalizaram-se. É o que Octavio Ianni (1992, p.35) chama de “sociedade civil mundial”. No final da década de 1990, houve uma explosão dos chamados movimentos antiglobalização: movimentos de jovens, artísticos (a(r)tivismo), políticos, ecológicos, sindicais, de mulheres, de etnias. Esses movimentos criticam, de maneira contundente, o consenso neoliberal.

Redes sindicais

O movimento sindical e operário é um desses movimentos globais que resiste à globalização hegemônica e ao consenso neoliberal. Algumas formas de luta, porém, não são as mesmas. Seria interessante frisar, contudo, que ao autor é grato aos pareceristas anônimos da revista pelas sugestões enviadas durante os trabalhos editoriais. Essa da internacionalização do capital e do movimento sindical, boa parte da ação sindical continua local. Outrossim, a internacionalização evidenciou o quão heterogênea é a classe trabalhadora deste começo de século.

O conjunto de novas práticas sindicais coexiste com novas normas laborais, como a noção de *trabalho decente* elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defende que não basta criar empregos, mas criar empregos de qualidade. Em 1998, foi elaborada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento, segundo a qual os Estados membros e a comunidade internacional devem cumprir quatro direitos laborais básicos (OIT, 2004):

- 1) Liberdade de associação e de organização sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- 2) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- 3) Abolição efetiva do trabalho infantil;
- 4) Eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Esses quatro direitos fundamentais estão classificados em oito convenções, também consideradas fundamentais (Convenção 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182). Todos os Estados membros são obrigados a respeitar os direitos fundamentais, conforme as convenções acima, mesmo se não ratificaram tais convenções.

Perante esse contexto, torna-se imperiosa a “reinvenção do movimento sindical” como fator de democratização do trabalho e como reforço da “voz coletiva”. “Em causa, está a difícil passagem das ‘raízes’ nacionais da negociação [sociolaboral] para as opções e oportunidades associadas ao diálogo transnacional” (FERREIRA, 2002, p.291).

As novas formas de organização sindical devem romper com o localismo e criar elos internacionais entre os trabalhadores. Ainda, devem levar em consideração não apenas o ramo de atuação, mas todas as

dimensões que afetem a vida dos trabalhadores e dos cidadãos. Essas novas formas de organização criam, também, novas práticas sindicais.

Não é de hoje, porém, que acontece esse processo de internacionalização dos trabalhadores e suas organizações. Essa internacionalização, em sua primeira fase, caracterizou-se como a organização das federações internacionais socialistas e das grandes federações internacionais, como as dos trabalhadores do tabaco e dos sapateiros.

Em um segundo momento, após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, foram organizadas a Central Internacional de Organizações Sindicais (CIOS), em 1919, a Internacional Sindical Vermelha (ISV), em 1920, e a OIT, em 1922 (SCHUTTE, 1998).

A terceira fase de internacionalização do movimento sindical deu-se após a Segunda Guerra Mundial, em plena Guerra Fria, em que foram criadas duas centrais: a Central Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOLS), reunindo trabalhadores do chamado “mundo livre”, ou seja, dos países capitalistas ocidentais; e a Federação Sindical Mundial (FSM), que agregava organizações do mundo socialista.

Com a globalização, o movimento sindical entrou em outra fase de internacionalização. Esse novo modelo de organização coletiva, assentado na existência de órgãos e acordos bi e multilaterais, pode ser chamado de “globalização sindical”. O movimento sindical, ligado a setores dominados por empresas multinacionais, sentiu necessidade de trocar experiências com sindicatos de outros países, para acompanhar as políticas das empresas.

Com efeito, estabelecendo laços internacionais entre os sindicatos, a criação de redes sindicais de trabalhadores das empresas multinacionais tornou-se fato importante para o movimento sindical, no final do século XX e no começo do século XXI, pois, apesar de incipientes, indicam uma nova direção no movimento sindical.

As redes são uma forma de organização que reúne dirigentes sindicais de uma mesma empresa, de países e regiões distintas, que, a partir da troca de informações e experiências, reivindicam a uniformização de seus direitos. Além da pauta tradicional do movimento sindical, as redes incorporam outras reivindicações a essa agenda, que envolve a questão racial, de gênero, combate ao trabalho infantil e escravo, preservação do meio ambiente. As redes sindicais, apoiadas no conceito de **trabalho**

decente, são uma maneira de o movimento sindical agir contra as formas mais precarizadas de trabalho.

No Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é a mais envolvida no processo de internacionalização. Em 1983, a central criou a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Em 1986, a CUT colaborou com a criação da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCC). Em 1992 a Central fez a (polêmica) filiação à CIOSL/ORIT, Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (CUT, 2003a). Com o advento do Mercosul, a CUT (2003a, p.67) propôs “[...] estabelecer normas trabalhistas e sociais que garantissem direitos iguais a todos os trabalhadores, e implementar políticas de promoção de emprego e de requalificação profissional”. De acordo com a central, foi implementada uma política de relações com os parceiros sindicais de países industrializados e em desenvolvimento, bem como a defesa e a ampliação dos direitos sociais e da legislação trabalhista no interior dos blocos comerciais regionais, Nafta, ALCA, MERCOSUL etc. (CUT, 2003a).

A CUT adotou uma política internacional com três linhas de ação:

- 1) Relações bilaterais com centrais, ONGs e movimentos sociais de outros países;
- 2) Criação de redes e articulações transnacionais;
- 3) Campanhas internacionais.

Sobre as redes, a posição da Central foi a seguinte:

[...] [a] criação de redes e articulações transnacionais é uma estratégia que busca aproveitar melhor a nova conjuntura internacional, na qual fica por um lado cada vez mais evidente o desgaste do neoliberalismo e a perda de legitimidade de suas instituições, e por outro se fortalecem as mobilizações populares internacionais que expressam os interesses de uma multiplicidade de atores políticos e sociais (CUT, 2003a, p.107).

Atualmente, a CUT desenvolve o projeto Ação Frente às Multinacionais, que tem o objetivo de organizar os sindicatos de trabalhadores de multinacionais no Brasil, na articulação da criação de Comitê Nacional Sindical, para cada empresa transnacional. Essa articulação

é concomitante à iniciativa das federações sindicais internacionais de realizar redes sindicais.

No ano de 2004, atuaram no Brasil as seguintes redes: Comitê Sindical Unilever do Brasil, Rede de Trabalhadores Basf da América do Sul, Coordenadoria Sindical Internacional do ABN Amro Bank, Comitê Sindical Nacional Bosch, Comitê Nacional Bayer, Rede Internacional HSBC, Rede de Trabalhadores ThyssenKrupp e Comitê Sindical dos Trabalhadores da Akso Nobel.

Nessa articulação, o movimento sindical deve enfrentar, porém, uma série de desafios ao constituir as redes: ao mesmo tempo em que as redes resgatam o internacionalismo solidário, enfrentam as diferenças culturais e regionais entre os dirigentes; há grande resistência, por parte do movimento sindical, a incorporar uma nova agenda sindical que vá além de seus interesses corporativos; há grande dificuldade, também, de aglutinar os setores marginalizados de determinadas categorias, ou seja, os trabalhadores terceirizados, parciais, precários e informais; as redes, em que o elo é a empresa e não a categoria, podem possibilitar a fragmentação de determinadas categorias em âmbito nacional, bem como a perda da perspectiva de classe.

No Brasil, várias redes estão sob a organização da CUT, central que agrega dirigentes que cumpriram importante papel histórico na constituição do *novo sindicalismo*, mas que tem estrutura vertical e burocratizada. Ainda é cedo para saber se essas redes, de estrutura horizontal, poderão conviver e ser realmente inovadoras, se ligadas a uma estrutura burocratizada.

De acordo com Sérgio Novais, presidente da ICEM (Federação Internacional dos Sindicatos dos Químicos, Energia, Minas e Indústrias Diversas) e pertencente ao Sindicato dos Químicos do ABC, alguns sindicalistas acreditam que os comitês vão esvaziar os sindicatos. Entretanto, na opinião do dirigente sindical, as redes podem melhorar a comunicação entre os sindicatos (CUT, 2003b).

Esses são, portanto, alguns dos dilemas e desafios do movimento sindical e das redes sindicais para o século XXI.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI,

P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

BLASS, L. M. da S. Trabalho e suas metamorfoses. In: DAWBOR, Ladislau *et al.* (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. 2004.

CUT. *A política internacional da CUT: histórias e perspectivas*. São Paulo, 2003a.

CUT. Seminário da CUT: debate redes sindicais e acordos globais. Observatório Social. *Boletim das Redes*, Florianópolis, n.5, 18 ago. 2003b.

DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: ago. 2004.

FERNANDES, F. Múltis crescem 146% na década liberal. *Folha de S.Paulo*, 10 fev. 2002.

FERREIRA, A. C. Para uma concepção decente e democrática: do trabalho e seus direitos: (re)pensar o direito das relações laborais. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 3.ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

KON, A. Tecnologia de trabalho no cenário da globalização. In: DAWBOR, L. *et al.* (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.os.org.br>>. Acesso em: ago. 2004.

OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org>>. Acesso em: ago. 2004.

PUREZA, J. M. Para um internacionalismo pós-vestefaliano. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SADER, E. *Alca: integração soberana ou subordinada?* São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHUTTE, G. R. Globalização revitaliza a ação sindical em nível internacional. In: DAWBOR, L. *et al.* (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOBEET. Disponível em: <www.sobeet.com.br>. Acesso em: 12 set. 2003.

SOUZA SANTOS, B. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 3.ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

TUAC. Disponível em: <www.tuac.org>. Acesso em: ago. 2004.

UNCTAD. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: ago. 2004.

WOLTERS, G. Renda cai 7,4% no primeiro ano de Lula. *Folha de S.Paulo*, 30 set. 2004.

*(Recebido em setembro de 2004 e aceito para
publicação em maio de 2005)*